

ATA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, realizou-se a 128ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Patrícia de Castro Batista (SLU), Adélia Rodrigues Teixeira Rios (SMMA), Marta Alves Larcher (MPMG), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Ernani Ferreira Leandro (ACSCD), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Rosilene Guedes Souza (CAU-MG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Ramon Silva Dias (SINDUSCON-MG) e Weber Coutinho (Ponto Terra).

Ausência justificada: Josué Costa Valadão (SMOBI).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião informando que a mesma teria dois pontos de pauta: proposta de inclusão de empreendimento na Resolução COMUSA 002/2019 e a Apresentação, pela Diretoria de Projetos da SUDECAP, da “Concepção final do projeto de otimização dos sistemas de macrodrenagem dos córregos Vilarinho, Nado e Ribeirão Isidoro”. Verificado o quórum, colocou-se em votação a ata da 126ª Reunião Ordinária do COMUSA, sendo aprovada por 09 (nove) votos a favor e 02 (duas) abstenções.

Passou-se, então, ao primeiro ponto de pauta, cuja proposta era inclusão do empreendimento “Remanejamento de Adutora da COPASA na Avenida D. Pedro I”, cadastrado no Plano de Obras sob o número 2180, sendo o investimento previsto para 2019 no valor de R\$1.570.000,00. A obra, que se encontra em execução, teve o recurso conquistado junto ao Governo Federal, suspenso. Ressaltou-se a importância da continuidade da mesma, diante da inviabilidade da adutora ter seu caminhamento coincidente com o trecho de pavimento rígido, em função das dificuldades futuras de manutenção, caso se façam necessárias.

A conselheira e representante do CAU-MG, Rosilene Guedes, questionou sobre uma justificativa para a suspensão do recurso pelo Governo Federal.

O secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, explicou que o recurso foi suspenso sem justificativa plausível e que no estado em que a obra se encontra, não é viável sua paralisação.

A conselheira e representante do Ministério Público, Marta Larcher, perguntou se o valor total do empreendimento seria custeado pelo Fundo Municipal de Saneamento.

Em resposta, foi esclarecido que o empreendimento será incluído no Fundo em sua totalidade, por não haver outra fonte de recursos para absorver a demanda.

Encerrados os questionamentos, colocou-se em votação a inclusão do empreendimento “Remanejamento da Adutora da COPASA na Avenida Dom Pedro I” na Resolução COMUSA, sendo a mesma aprovada por 10 (dez) votos a favor e 01 (uma) abstenção.

A palavra foi então repassada ao Diretor de Projetos da SUDECAP, Renato Pires de Oliveira, para proceder sua apresentação: Concepção final do projeto de otimização dos sistemas de macrodrenagem dos córregos Vilarinho, Nado e ribeirão Isidoro, cuja síntese é apresentada a seguir.

O palestrante iniciou sua apresentação contextualizando o problema, que consiste na ocupação desordenada das bacias dos córregos do Nado e Vilarinho, com crescente impermeabilização do solo e consequente aumento dos deflúvios superficiais, causando extravasamento das redes pluviais existentes. Algumas intervenções estruturais já foram realizadas nessas bacias: execução de bacias de retenção de cheias, ampliação de galerias e obras de tratamento de fundo de vale. Além disso, o Município vem realizando intervenções de caráter não estrutural: modelagem hidrológica e hidráulica de todo sistema de macrodrenagem, mapeamento das áreas suscetíveis a inundação e implementação do sistema de monitoramento hidrológico e de alerta, além das ações de prevenção e contingência.

Os estudos hidrológicos e hidráulicos das Bacias Hidrográficas do Município culminaram na elaboração da Carta de Inundações de Belo Horizonte, que é um instrumento de planejamento que aponta, dentro do

Município, as áreas mais suscetíveis a ocorrências de inundação. Em algumas dessas áreas foram incorporadas informações de moradores ou trabalhadores, gerando as “manchas faladas”. Encontra-se em fase de contratação um “up grade” do sistema de monitoramento hidrológico, o que vai permitir, inclusive, melhorar a precisão dos alertas, aumentando assim o grau de proteção da população.

Em relação à Bacia do Vilarinho, esclareceu-se que o evento registrado na Avenida Vilarinho no ano de 2018 correspondeu a tempo de retorno superior a 50 anos, com um alto índice pluviométrico em um curto espaço de tempo. Eventos similares a esse foram registrados nos anos de 2015 e 2016, mostrando a necessidade de intervenções locais em face à recorrência cada vez mais frequente dos eventos. Devido à gravidade e consequências desse evento, o Prefeito Alexandre Kalil publicou dois decretos: um declarando uma situação de emergência e um outro criando um comitê estratégico de emergência. Tal comitê, a partir de estudos contratados pela SUDECAP, conduziu o processo de discussão de alternativas que conduziu à definição da melhor proposta para mitigação dos riscos de inundação na região. O estudo abrangeu as bacias dos córregos Vilarinho e Nado, tendo sido elencadas três alternativas. Duas dessas alternativas, com algumas variações, contemplavam a abertura do canal da Vilarinho e a do canal do Nado, ampliando a macrodrenagem e, com isso, implantando os túneis e lançando a vazão para a jusante, demandando a implantação de uma bacia de detenção no córrego Floresta, implicando assim na necessidade de se adotar medidas de mitigação do risco em algumas áreas ribeirinhas do Ribeirão Isidoro. A alternativa escolhida se fundamenta na ampliação e implantação de detenções, tanto em reservatórios convencionais quanto a otimização dos reservatórios já existentes. Algumas dessas detenções corresponderão à solução de reservatórios profundos, já utilizados em locais como São Paulo e Rio de Janeiro, associados a estações de bombeamento (pós tormentas), dos volumes acumulados. Esses reservatórios profundos, implantados abaixo do nível do solo, demandarão menor demanda por área superficial e permitirão, inclusive, a implantação de áreas de convívio social sobre eles.

Em suma, a alternativa escolhida consiste, em uma primeira etapa, na execução de seis obras: uma delas, que já está em andamento, é a implantação da bacia de detenção do Córrego Lareira. As demais correspondem à adequação dos reservatórios da Av. Várzea da Palma; implantação de dois reservatórios profundos, um na Vilarinho, e outro na avenida Álvaro Camargos, com capacidades de 90 mil m³ e 105 m³, respectivamente. Além disso, está prevista a ampliação dos reservatórios existentes na avenida Liége, córrego Candelária e na avenida Anuar Menhen e, em final de plano, a implantação de mais dois reservatórios subterrâneos, com capacidades de 80 mil m³ e 65 mil m³. O funcionamento do sistema se dará da seguinte forma: o excedente das cheias dos canais será desviado para os reservatórios. Após o pico das cheias, a vazão será bombeada gradualmente para os canais a jusante, sem causar consequências negativas ao sistema.

O Diretor Renato Pires ressaltou que a SUDECAP está trabalhando para viabilizar as licitações da maneira mais rápida possível, na intenção de iniciar a primeira etapa de intervenções no próximo ano.

Encerrada a apresentação, franqueou-se a palavra aos presentes, para que fizessem suas considerações.

O secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, informou que a Diretoria de Gestão de Águas Urbanas da SMOBI, em complementação ao trabalho desenvolvido pela SUDECAP, está contratando um estudo para verificar, em cada sub-bacia de cada afluente do Nado e do Vilarinho, a demanda por implantação de estruturas para mitigação do risco de inundações que tenham efeitos locais.

O conselheiro e especialista Rogério Siqueira sugeriu estudar a viabilidade de tratar a água represada nos reservatórios e aproveitá-la para abastecimento.

O conselheiro e representante da ONG Ponto Terra, Weber Coutinho, perguntou como os sedimentos serão retirados do fundo dos reservatórios e se já está previsto algum mecanismo de retenção dos mesmos.

O representante da sociedade civil, Eduardo Mota, solicitou intervenções na Bacia do Córrego do Cercadinho.

Em resposta, o diretor de projetos da SUDECAP, Renato Pires, informou que poderá ser estudada a viabilidade de reutilização da água captada nos reservatórios, através de parceria com a COPASA. Com relação à manutenção dos reservatórios, assim como as técnicas construtivas, informou-se que as técnicas de manutenção utilizadas serão estudadas em parceria com os municípios que já têm expertise no assunto. Com relação à Bacia do Córrego Cercadinho, sugeriu-se pautar o assunto em uma próxima reunião, para

que a Diretoria de Projetos da SUDECAP tenha a oportunidade de apresentar o projeto que está sendo proposto para a Bacia.

O conselheiro e representante da COPASA, Antônio Ferreira, fez considerações acerca da complexidade dos estudos e medidas necessários para se viabilizar o reaproveitamento da água dos reservatórios, pontuando particularidades como a necessidade de seu tratamento completo e a questão do tempo de detenção dos volumes acumulados.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.